

# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREGÃO ELETRÔNICO CRMV/RN Nº 002/2022

(Processo Administrativo nº 028/2022)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – CRMV/RN, sediado em Natal-RN, na Rua Padre Raimundo Brasil, 1411, Nova Descoberta, CEP: 59.075-100, Natal/RN, Tel.: (84) 3221-3290, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 004, de 20 de janeiro de 2020, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 10.520/ 2002, da Lei Complementar n° 123/2006, do Decreto nº 10.024/2019, do Decreto nº 8.538/2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, e, no que couber, as Instruções Normativas SLTI/MPOG de nºs 01/2010, 05/2017 e 03/2018, e as exigências estabelecidas neste Edital.

| SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO                   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| <b>DIA</b> : 08/03/2022                               |  |  |  |
| HORÁRIO: 10h (horário de Brasília/DF)                 |  |  |  |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br |  |  |  |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO: 028/2022                     |  |  |  |
| CÓDIGO UASG: 389205                                   |  |  |  |

#### 1 - DO OBJETO

**1.1.** Aquisição de material gráfico, para suprir as necessidades do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte – CRMV-RN.

#### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**5.1.** As despesas decorrentes deste objeto estão previstas sob a Rubrica 6.2.2.1.1.01.02.02.006.074 (Serviços Gráficos e Editoriais – PJ).

#### 3. DO VALOR DE REFERÊNCIA E DOS QUANTITATIVOS

**3.1.** O custo total estimado para a prestação do serviço objeto desta licitação é de R\$ 27.943,00 (vinte e sete mil, novecentos e quarenta e três reais), conforme quantitativos e valores previstos na tabela abaixo:







### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

|      |     |      | DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  VALOR VALOR   |        |            |              |
|------|-----|------|---|--------|------------|--------------|
| ITEM | UND | QTD  | DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS   | CATMAT | UNITÁRIO   | TOTAL        |
| 1    | Un  | 04   | Banner (Finalização e impressão; Formato: 1,40 x 0,90 m; Impressão: Policromia de alta resolução; impresso 4x0 cores; Acabamento: em madeira com cordão para sustentação).  | 463981 | R\$ 115,00 | R\$ 460,00   |
| 2    | Un  | 2000 | Pasta Aberta tamanho: 45 X 31 cm; Cor: 4x0 em Cartão Tríplex 300g, laminação Bopp brilho (frente). Saída em CTP Prova. Tamanho: Bolsa 13 X 21 cm, sem impressão em Cartão Tríplex 300g. Corte Especial/Vinco. Dobrado Manual colado.  | 471830 | R\$ 2,75   | R\$ 5.500,00 |
| 3    | Un  | 1000 | Adesivo (Finalização e impressão: 20 x 14 cm; Impressão: Policromia + Branco; Vinil: Autoadesivo Removível em vinil de alta resistência, tipo blackout- R5000 Fasson; Acabamento: Meio Corte com Faca Especial. Tiragem única).   | 472085 | R\$ 1,83   | R\$ 1.830,00 |
| 4    | Un  | 20   | Formulário de Fiscalização ( <b>Termo de Fiscalização</b> ) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem de blocos, grampeado. Duas tiragens.         | 471580 | R\$ 45,00  | R\$ 900,00   |
| 5    | Un  | 20   | Formulário de Fiscalização (Auto de Infração) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem de blocos, grampeado. Duas tiragens.                       | 471580 | R\$ 38,33  | R\$ 766,60   |
| 6    | Un  | 20   | Formulário de Fiscalização ( <b>Termo de Constatação</b> ) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem de blocos, grampeado. Duas tiragens.          | 471580 | R\$ 38,33  | R\$ 766,60   |
| 7    | Un  | 20   | Formulário de Fiscalização (Checklist Res. 1275 CFMV) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem de blocos, grampeado. Duas tiragens. (CONSULTÓRIO) | 471580 | R\$ 38,33  | R\$ 766,60   |
| 8    | Un  | 20   | Formulário de Fiscalização (Checklist Res. 1275 CFMV) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem  | 471580 | R\$ 38,33  | R\$ 766,60   |







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

|                              |   |      | de blocos, grampeado. Duas tiragens. <b>(CLÍNICA)</b>  |           |               |               |
|------------------------------|---|------|--|-----------|---------------|---------------|
| 9                            | Un  | 5    | Formulário de Fiscalização (Checklist Res. 1275 CFMV) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem de blocos, grampeado. Duas tiragens. (HOSPITAL) | 471580    | R\$ 60,00     | R\$ 300,00    |
| 10                           | Livro de Responsabilidade Técnica (Capa: Tamanho: 42 x 29.5cm. Cor: 1x0 (VERDE). Material: Couche 170g laminado Bopp brilho. Miolo 01: 01 folha. Impressão frente e verso. Cor: 1x1 na Tinta preta; Material: Reciclado 240g. Miolo 02: 01 folha. Impressão frente e verso. Cor: 1x1 na Tinta preta; Material: Off Set 75g. Miolo 03: 100 páginas, impressão frente e verso. Cor: 1x1 na tinta Preta; Material: Off Set 75g. Páginas frontais numeradas sequencialmente de 01 a 50 (modelo livro ata). Prova digital. Acabamento em Hot-Melt Saída em CTP). |      | 231272   | R\$ 21,66 | R\$ 10.830,00 |               |
| 11                           | Un  | 1000 | Bloco de notas 14,8x21cm, off set 90g, 20 folhas, 4x0 cores na capa.   | 471431    | R\$ 3,90      | R\$ 3.900,00  |
| 12                           | Un <b>1000</b> Folder 21x30cm, 4x4 cores, dobrado em couche 115g. R\$ 0,80  |      | R\$ 800,00   |           |               |               |
| 13                           | 13 Un Crachás em PVC com foto digitalizada e dados variados, com fitas personalizadas sublimática 20 mm para sustentação de crachá com clips jacaré e porta crachá rígido transparente.   |      | 404715   | R\$ 35,66 | R\$ 356,60    |               |
|                              |   |      | VALOR ESTIMADO ANUAL   |           |               | R\$ 27.943,00 |
| VALOR GLOBAL MÁXIMO ADMITIDO |   |      |  |           | R\$ 27.943,00 |               |

- **3.2.** Será cadastrado no sistema de compras do Governo Federal o valor global do objeto.
- **3.3.** Não obstante a classificação dar-se com base no menor preço global, o CRMV-RN não aceitará as propostas cujos valores sejam superiores aos estimados para cada item.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO

- **4.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- **4.2.** O cadastro no SICAF dar-se-á pela atribuição de chave de identificação (login) e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **4.3.** O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 9º do Decreto nº 10.024/2019.
- **4.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- **4.5.** O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.
- **4.6.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRMV-RN (responsável por esta licitação) responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **4.7.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- **4.8.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

#### 5. DA PARTICIPAÇÃO

- **5.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), no Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>.
  - 5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
  - 5.1.2. A participação nesta licitação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.2. Não poderão participar deste pregão:
  - **5.2.1.** Aqueles com falência, recuperação judicial, ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
  - **5.2.2.** Aqueles em dissolução ou em liquidação judicial e extrajudicial;
  - **5.2.3.** Empresário individual, sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada ou cooperativa suspenso(a) de participar de licitação e impedido de contratar com o CRMV-RN, durante o prazo da sanção aplicada;







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **5.2.4.** Aqueles que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7° da Lei n° 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;
- **5.2.5.** Aqueles que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8°, inciso V, da Lei n° 9.605, de 1998;
- **5.2.6.** Aqueles que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes a punição ou até que seja promovida a reabilitação na própria autoridade que aplicou a pena;
- **5.2.7.** Aqueles que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 5.2.8. Pessoa jurídica estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- **5.2.9.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócio ou representantes legais comuns, ou que utilizem recurso materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- **5.2.10.** Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- **5.2.11.** Sociedade empresária da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor do CRMV-RN.
- **5.3.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da Licitante.

### 6. DO ENQUADRAMENTO COMO ME, EPP E EQUIPARADOS

- **6.1.** O enquadramento como microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP darse-á desde que atendidos os requisitos delineados na Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações.
  - **6.1.1.** A sociedade cooperativa que tenha auferido, no ano-calendário anterior ao presente, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07, receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.
  - **6.1.2.** A pessoa física ou o empresário individual que se enquadrar no inciso I ou II do art.  $3^{\circ}$  da Lei Complementar  $n^{\circ}$  123/06, receberá o mesmo tratamento que a referida Lei concede às ME/EPP.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

#### 7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

- **7.1.** O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- **7.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- **7.3.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- **7.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **7.5.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- **7.6.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - **7.6.1.** Valor total do item;
  - **7.6.2.** Marca (se for o caso);
  - **7.6.3.** Fabricante (se for o caso);
  - **7.6.4.** Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência (indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente).
- **7.7.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- **7.8.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
  - **7.8.1.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **7.8.2.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MPDG n.5/2017.
- **7.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.

#### 8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **8.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.
- **8.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, as que contenham vícios insanáveis e/ou ilegalidades, ou as que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
  - **8.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - **8.2.2.** A classificação da proposta para fase de lances não impede o seu julgamento em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **8.3.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- **8.4.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- **8.5.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- **8.6.** O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.
- **8.7.** Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **8.8.** O Pregoeiro verificará as propostas cadastradas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, ficando estas impedidas de participarem da fase de lances.
- **8.9.** Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

### 9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- **9.1.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- **9.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- **9.3.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento, horário e do valor consignado no registro de cada lance.
- **9.4.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **9.5.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - **9.5.1.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- **9.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **9.7.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **9.8.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- **9.9.** Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- **9.10.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **9.11.** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- **9.12.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- **9.13.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

#### 10. DO MODO DE DISPUTA

- **10.1.** Neste Pregão o modo de disputa adotado é o ABERTO, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.
  - **10.1.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - **10.1.2.** O intervalo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 10,00 (dez reais).
  - **10.1.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - **10.1.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
  - **10.1.5.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

### 11. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA E EXECUÇÃO CONTRATUAL

**11.1.** A empresa melhor classificada, na fase de lances, deverá enviar amostra (s) de produtos similares ao licitado, conforme especificado no item 3 do Termo de Referência, para avaliação da qualidade e/ou no caso de informações adicionais e quaisquer outros elementos elucidativos, referentes aos produtos cotados.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **11.2.** No julgamento das propostas, será considerada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas às especificações constantes no Edital e de seus anexos.
- **11.3.** No valor que vir a oferecer deverá ser incluído todas as despesas com os profissionais, equipamentos, insumos e instalações, bem como taxas, alimentação, transporte, hospedagem, enfim, todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da prestação dos serviços objeto deste Procedimento.
- **11.4.** Será desclassificada a proposta que para sua viabilização apresente:
  - **11.4.1.** Preço superior ao valor máximo global admitido;
  - **11.4.2.** Vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei, assim como as que não se encontrem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.
- **11.5.** O julgamento das propostas será de acordo com a sistemática do site de compras denominado https://www.gov.br/compras/pt-br, em consonância com a legislação vigente.
- **11.6.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato.

#### 12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **12.1.** O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- **12.2.** Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- **12.3.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- **12.4.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **12.5.** Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- **12.6.** Em eventual empate entre propostas, se as empresas que empataram forem todas declarantes ME/EPP/COOP, o sistema, automaticamente, dará como vencedora do certame, a empresa declarante que primeiro enviou a sua proposta.
- **12.7.** Persistindo o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E DA NEGOCIAÇÃO

- **13.1.** Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- **13.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 13.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - **13.3.1.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no Anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
  - **13.3.2.** Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
  - **13.3.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a sua suspeita.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **13.4.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 1 (uma) hora, sob pena de não aceitação da proposta.
  - **13.4.1.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, ou, se for o caso, os documentos que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- **13.5.** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- **13.6.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- **13.7.** O Pregoeiro, se for o caso, analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.
- **13.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- **13.9.** Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
- **13.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **13.11.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **13.12.** Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **13.12.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- **13.12.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **13.12.3.** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

### 14. DA INCLUSÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

- **14.1.** O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá inserir OBRIGATORIAMENTE, no prazo de até 3 (três) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de compras do governo, um arquivo único, contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação **que não estejam contemplados no SICAF ou que necessitarem de atualizações**.
- **14.2.** A **PROPOSTA COMERCIAL** deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - **14.2.1.** A identificação do licitante, tais como: nome empresarial (firma ou denominação), número de inscrição no CNPJ/MF, telefone para contato com CRMV-RN e endereço completo;
  - **14.2.2.** O valor final que consagrou o licitante como vencedor, deverá conter os valores unitários, mensal e global, em observância ao valor de referência previsto neste edital, e descrição detalhada do objeto da licitação;
  - **14.2.3.** Nome e telefone dos contatos necessários para a perfeita execução do objeto da licitação, tais como para atendimento de emergência e chamadas normais de atendimento;
  - **14.2.4.** Nome do responsável e telefone de contato para o recebimento da Convocação e/ou a Nota de Empenho.
  - **14.2.5.** Prazo de validade, não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
  - **14.2.6.** Os licitantes poderão utilizar-se do modelo de proposta constante do **Anexo III, deste edital.**
- **14.3.** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **14.4.** Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de Compras do Governo **PODERÃO** ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento.
- **14.5.** Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados pelo pregoeiro**, deverão ser entregues ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte CRMV/RN, situado na Rua Padre Raimundo Brasil, 1411, Nova Descoberta, Natal/RN, CEP: 59.075-100, no prazo de até 5 (cinco) dias ÚTEIS, a contar do primeiro dia útil seguinte a convocação do pregoeiro.
- **14.6.** Caso ocorra a necessidade do CRMV-RN mudar o local da sede, haverá comunicação prévia, para que os documentos sejam entregues no novo endereço.
- 14.7. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, não contemplado no SICAF, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- **14.8.** O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CRMV-RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- **14.9.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

#### 15. DA HABILITAÇÃO

- **15.1.** Como **condição prévia** ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - **15.1.1.** SICAF;
  - **15.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<a href="www.portaldatransparencia.gov.br/ceis">www.portaldatransparencia.gov.br/ceis</a>);
  - **15.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php);
  - **15.1.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU (<a href="https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/">https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/</a>);







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **15.1.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- **15.1.6.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro identificará a sua abrangência, e, dependendo do caso, reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- **15.2.** Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:**

#### 15.3. Habilitação jurídica:

- **15.3.1.** Documento de identidade e cartão de inscrição no CPF/MF, ou CNH do signatário da proposta, assim como, no caso de procurador, instrumento de mandato com a outorga de poderes para representar o licitante nos atos inerentes ao certame;
- **15.3.2.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **15.3.3.** Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- **15.3.4.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- **15.3.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- **15.3.6.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração DREI;
- **15.3.7.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

- **15.3.8.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- **15.3.9.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 15.4. Regularidade fiscal e trabalhista:

- **15.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- **15.4.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- **15.4.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- **15.4.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do artigo 29, V, da Lei nº 8.666/93;
- **15.4.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- **15.4.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- **15.4.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### 15.5. Qualificação Econômico-Financeira:

**15.5.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **15.5.2.** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último ou penúltimo exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- **15.6.** As empresas, deverão comprovar, ainda, a **qualificação técnica**, por meio de:
  - **15.6.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- **15.7.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do penúltimo exercício.
- **15.8.** Em relação aos licitantes cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista conforme o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3/2018.
  - **15.8.1.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
  - **15.8.2.** Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 3 (três) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal dos licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- **15.9.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
  - **15.9.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- **15.10.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- **15.11.** A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- **15.12.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **15.13.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- **15.14.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 15.15. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

#### 16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **16.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
  - **16.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - **16.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- **16.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
  - **16.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**16.2.2.** A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais <u>atualizados</u>.

#### 17. DOS RECURSOS

- **17.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- **17.2.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- **17.3.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - **17.3.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - **17.3.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - **17.3.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. Decorridos esses prazos, o Pregoeiro terá o prazo de 05 (cinco) dias para decidir sobre o Recurso.
- **17.4.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **17.5.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte CRMV/RN, situado na Rua Padre Raimundo Brasil, 1411, Nova Descoberta, Natal/RN, CEP: 59.075-100, nos dias úteis, no horário de 08:00 as 17:00.

### 18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **18.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- **18.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente Presidente do CRMV/RN homologará o procedimento licitatório.

### 19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- **19.1.** O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, na modalidade **SEGURO GARANTIA**, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.
  - **19.1.1.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
  - **19.1.2.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- **19.2.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme o item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- **19.3.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
  - **19.3.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
  - **19.3.2.** prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - **19.3.3.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - **19.3.4.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- **19.4.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **19.5.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta a ser aberta em nome da Contratante, com correção monetária.
- **19.6.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- **19.7.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- **19.8.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 19.9. Será considerada extinta a garantia:
  - **19.9.1.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- **19.10.** No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

#### 20. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- **20.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (art. 62 da Lei nº 8.666/93).
- 20.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Ordem de Execução/Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). No instrumento, estarão todas as condições de execução do objeto, bem como as obrigações e demais cláusulas essenciais.
- **20.3.** Caso o adjudicatário descumpra os prazos estipulados acima, decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- **20.4.** Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição do licitante adjudicatário de contratar com o Poder Público.
- **20.5.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a Contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **20.6.** Quando o licitante convocado não cumprir a execução no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocada outro remanescente da licitação, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.
- **20.7.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente (se for o caso), emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
  - **20.7.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
  - **20.7.2.** A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
  - **20.7.3.** A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

### 21. DA VIGÊNCIA

**21.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da autorização de compra ou de instrumento equivalente.

#### 22. DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**22.1.** As condições de pagamento estão estabelecidas no item 5 do Termo de Referência.

#### 23. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

**23.1.** Os critérios de aceitação e fiscalização do objeto são as estabelecidas nos itens 4 e 7 do Termo de Referência e na Ordem de Execução, anexos ao Edital.

#### 24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

**24.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada estão estabelecidas no item 6 do Termo de Referência e na Ordem de Execução, anexos do Edital.

### 25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NO PREGÃO

**25.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sujeito ao impedimento de licitar e contratar com a União e ser descredenciado do SICAF e do cadastro de fornecedores do CRMV-RN, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa e o contraditório, o LICITANTE/ADJUDICATÁRIO que:







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **25.1.1.** Deixar de encaminhar, quando solicitados pelo Pregoeiro (a), proposta ajustada ao lance final, bem como os documentos de habilitação nos prazos determinados neste Edital;
- **25.1.2.** Não cumprir a ordem de execução/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **25.1.3.** Apresentar documentação falsa no curso do certame;
- **25.1.4.** Fizer declaração falsa;
- **25.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
- **25.1.6.** Cometer fraude fiscal.
- **25.2.** Para conduta descrita no item 25.1.1 poderá ser aplicada multa de até 5% do valor estimado da contratação, bem como poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF pelo período de até 4 (quatro) meses.
- **25.3.** Para conduta descrita no item 25.1.2 poderá ser aplicada multa de até 5% do valor estimado da contratação, bem como poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF pelo período de até 6 (seis) meses.
- **25.4.** Para as condutas descritas nos itens 25.1.3, 25.1.4, poderá ser aplicada a multa de até 10% do valor estimado da contratação, bem como poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses.
- **25.5.** Para as condutas descritas nos itens 25.1.5, 25.1.6, poderá ser aplicada a multa de até 10% do valor estimado da contratação, bem como poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF pelo período de até 60 (sessenta) meses.
- **25.6.** Para os fins do item 25.1.5, reputar-se-ão inidôneos atos descritos nos artigos 90, 92, caput e parágrafo único, 93, 94, 95, 96 e 97, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993. Considera-se comportamento inidôneo, também, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- **25.7.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeito, ainda, à responsabilização civil e criminal.
- **25.8.** No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da respectiva intimação.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **25.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- **25.10.** As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL

**26.1.** As sanções por falha na execução do contrato ou de inexecução parcial ou total do objeto estão previstas no item 8 do Termo de Referência e na Ordem de Execução, anexos do Edital.

#### 27. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- **27.1. Até 3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** este Edital.
- **27.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail <u>licitacao@crmvrn.gov.br</u>, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede do CRMV-RN, situada na Rua Padre Raimundo Brasil, 1411, Nova Descoberta, Natal-RN, CEP: 59.075-100.
- **27.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, se for o caso, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- **27.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- **27.5.** Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: **licitacao@crmvrn.gov.br.**
- **27.6.** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.
- **27.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **27.8.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **27.9.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados ao CRMV-RN após o término do expediente do último dia para interposição, ou seja, após as 17:00 horas (horário de Brasília-DF), serão considerados intempestivos, conforme preceitua o art. 66 da Lei nº 9.784/1999.
- **27.10.** As demais informações relevantes serão divulgadas mediante publicações no Portal do CRMV-RN, no endereço http://www.crmvrn.gov.br/licitacoes-e-contratos/, bem como no portal de COMPRAS DO GOVERNO (https://www.gov.br/compras/pt-br), ficando os licitantes interessados em participar do certame orientados a acessá-las.

#### 28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **28.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- **28.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- **28.3.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindolhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **28.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- **28.5.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- **28.6.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- **28.7.** Ao Presidente do CRMV-RN compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- **28.8.** A anulação do Pregão induz à da Ordem de Execução.
- **28.9.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **28.10.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **28.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- **28.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- **28.13.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- **28.14.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- **28.15.** Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o fuso horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- **28.16.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de Ata divulgada no Sistema Eletrônico de Compras do Governo, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas Decreto nº 5.450/05 e na legislação pertinente.
- **28.17.** O Edital e seus Anexos estão disponibilizados, sítio na íntegra, no https://www.gov.br/compras/pt-br, bem como no portal do CRMV-RN http://www.crmvrn.gov.br/licitacoes-e-contratos/. As demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (84) 3221-3290, ou por meio do e-mail licitacao@crmvrn.gov.br.
- **28.18.** Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, é franqueada vista dos autos do **Processo Administrativo nº 028/2022**, aos interessados.

#### 29. DO FORO

**29.1.** As questões decorrentes deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Natal/RN, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

### 30. ANEXOS







### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**30.1.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência ANEXO II – Termo de Contrato ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial

Natal/RN, 15 de fevereiro de 2022.

Méd. Vet. Raimundo Alves Barrêto Júnior Presidente CRMV/RN 0307







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

#### 1 - DO OBJETO

**30.2.** Aquisição de material gráfico, para suprir as necessidades do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte – CRMV-RN.

#### 2 - DAS JUSTIFICATIVAS

### 2.1. DA AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS

- **2.1.1.** A solicitação visa suprir as necessidades de materiais gráficos para o bom desenvolvimento das atividades administrativas e institucionais do CRMV-RN.
- **2.1.2.** Ademais, as atividades do CRMV-RN demandam a utilização de materiais gráficos diversos para fins educacionais, institucionais, de divulgação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte e de cunho fiscalizatório, nesta aquisição destacam-se: (pastas, adesivos para identificar que o estabelecimento foi fiscalizado, livros de anotação de responsabilidade técnica e termos de fiscalização e autos de infração).
- **2.1.3.** Assim, a presente aquisição tem como finalidade repor o estoque desses materiais de acordo com a necessidade do CRMV-RN.

#### 2.2. DA AQUISIÇÃO DO OBJETO EM LOTE ÚNICO

- **2.2.1.** Embora a regra geral seja a divisão do objeto em itens, visando proporcionar o aumento da competitividade na disputa, conforme a orientação da Súmula 247 do TCU, estamos falando de um objeto de mesma natureza, ou seja, aquisição de materiais gráficos padrões, para cumprimento das funções do CRMV-RN.
- **2.2.2.** Ademais, justifica-se a contratação de um único fornecedor como medida de boa gestão, possibilitando o controle gerencial mais adequado na execução do futuro fornecimento.

#### 3 - DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES

- **3.1.** A empresa arrematante deverá apresentar os modelos de cada item que seguirão anexos a este Tremo de Referência.
- **3.2.** As empresas devem observar, ainda, que são responsáveis pela qualidade dos produtos licitados, de modo a garanti-la no ato da entrega.
- **3.3.** Caberá à empresa vencedora do certame, apresentar no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação feita pelo CRMV-RN ou da intimação na própria sessão, para apresentar as amostras dos respectivos itens, após será emitido documento acerca da aceitabilidade ou não.
- **3.4.** As amostras serão analisadas e verificadas, quanto a atenderem às especificações contidas na descrição do material, conforme edital, verificando-se, também, a qualidade do produto apresentado. Em caso de reprovação de qualquer item solicitado para análise, o







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

arrematante ficará desclassificado para o mesmo, sendo chamado o próximo colocado, obedecendo à ordem de classificação.

**3.5.** A empresa melhor classificada, na fase de lances, deverá enviar amostra (s) de produtos similares ao licitado, conforme especificações feitas nos itens abaixo, produzidos anteriormente, para avaliação da qualidade e/ou no caso de informações adicionais e quaisquer outros elementos elucidativos, referentes aos produtos cotados.

| ITEM | UND | QTD  | DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS   | CATMAT | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR<br>TOTAL |
|------|-----|------|---|--------|-------------------|----------------|
| 1    | Un  | 04   | Banner (Finalização e impressão; Formato: 1,40 x 0,90 m; Impressão: Policromia de alta resolução; impresso 4x0 cores; Acabamento: em madeira com cordão para sustentação).  | 463981 | R\$ 115,00        | R\$ 460,00     |
| 2    | Un  | 2000 | Pasta Aberta tamanho: 45 X 31 cm; Cor: 4x0 em Cartão Tríplex 300g, laminação Bopp brilho (frente). Saída em CTP Prova. Tamanho: Bolsa 13 X 21 cm, sem impressão em Cartão Tríplex 300g. Corte Especial/Vinco. Dobrado Manual colado.  | 471830 | R\$ 2,75          | R\$ 5.500,00   |
| 3    | Un  | 1000 | Adesivo (Finalização e impressão: 20 x 14 cm; Impressão: Policromia + Branco; Vinil: Autoadesivo Removível em vinil de alta resistência, tipo blackout- R5000 Fasson; Acabamento: Meio Corte com Faca Especial. Tiragem única).   | 472085 | R\$ 1,83          | R\$ 1.830,00   |
| 4    | Un  | 20   | Formulário de Fiscalização ( <b>Termo de Fiscalização</b> ) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem de blocos, grampeado. Duas tiragens. | 471580 | R\$ 45,00         | R\$ 900,00     |
| 5    | Un  | 20   | Formulário de Fiscalização (Auto de Infração) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem de blocos, grampeado. Duas tiragens.               | 471580 | R\$ 38,33         | R\$ 766,60     |
| 6    | Un  | 20   | Formulário de Fiscalização ( <b>Termo de Constatação</b> ) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem de blocos, grampeado. Duas tiragens.  | 471580 | R\$ 38,33         | R\$ 766,60     |
| 7    | Un  | 20   | Formulário de Fiscalização ( <b>Checklist Res. 1275 CFMV</b> ) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado   | 471580 | R\$ 38,33         | R\$ 766,60     |







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

|                       |    |      | com capa e contracapa, com pico-te, colagem<br>de blocos, grampeado. Duas tiragens.<br>(CONSULTÓRIO)  |        |               |               |
|-----------------------|----|------|---|--------|---------------|---------------|
| 8                     | Un | 20   | Formulário de Fiscalização (Checklist Res. 1275 CFMV) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem de blocos, grampeado. Duas tiragens. (CLÍNICA)   | 471580 | R\$ 38,33     | R\$ 766,60    |
| 9                     | Un | 5    | Formulário de Fiscalização (Checklist Res. 1275 CFMV) - Finalização e impressão: 21 x 30 cm - fechado / 50 x 2 vias com picote sem numeração; Impressão: Policromia; Papel: Autocopiativo; 53gr; Acabamento: Alceado com capa e contracapa, com pico-te, colagem de blocos, grampeado. Duas tiragens. (HOSPITAL)  | 471580 | R\$ 60,00     | R\$ 300,00    |
| 10                    | Un | 500  | Livro de Responsabilidade Técnica (Capa: Tamanho: 42 x 29.5cm. Cor: 1x0 (VERDE). Material: Couche 170g laminado Bopp brilho. Miolo 01: 01 folha. Impressão frente e verso. Cor: 1x1 na Tinta preta; Material: Reciclado 240g. Miolo 02: 01 folha. Impressão frente e verso. Cor: 1x1 na Tinta preta; Material: Off Set 75g. Miolo 03: 100 páginas, impressão frente e verso. Cor: 1x1 na tinta Preta; Material: Off Set 75g. Páginas frontais numeradas sequencialmente de 01 a 50 (modelo livro ata). Prova digital. Acabamento em Hot-Melt Saída em CTP). | 231272 | R\$ 21,66     | R\$ 10.830,00 |
| 11                    | Un | 1000 | Bloco de notas 14,8x21cm, off set 90g, 20 folhas, 4x0 cores na capa.  | 471431 | R\$ 3,90      | R\$ 3.900,00  |
| 12                    | Un | 1000 | Folder 21x30cm, 4x4 cores, dobrado em couche 115g.  | 412335 | R\$ 0,80      | R\$ 800,00    |
| 13                    | Un | 10   | Crachás em PVC com foto digitalizada e dados variados, com fitas personalizadas sublimática 20 mm para sustentação de crachá com clips jacaré e porta crachá rígido transparente.   | 404715 | R\$ 35,66     | R\$ 356,60    |
| VALOR GLOBAL ESTIMADO |    |      |   |        | R\$ 27.943,00 |               |

### 4 – DA FORMA DE FORNECIMENTO, DO LOCAL DE ENTREGA, DO PRAZO DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO

- **4.1.** O fornecimento dos materiais se dará com a entrega integral dos materiais solicitados pela Contratante (art. 55, inc. II c/c art. 6º, inc. III, da Lei nº 8.666/93).
- **4.2.** Os materiais deverão ser entregues no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte, localizado na Rua Padre Raimundo Brasil, 1411, Nova Descoberta Natal/RN CEP: 59.075-100.







### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **4.3.** O CRMV-RN solicitará os serviços, em remessa parcelada (conforme necessidade), através de ordem de serviço emitida. O envio das solicitações será feito preferencialmente por e-mail, por ofício ao representante indicado pela empresa.
- 4.4. O prazo de entrega dos materiais será de 10 (dez) dias úteis, a contar do envio da ordem de execução, ressalvados os livros de Responsabilidade Técnica, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- **4.5.** O recebimento dos materiais dar-se-á da seguinte maneira:
  - **4.5.1.** Provisoriamente, no ato da entrega do material;
  - **4.5.2.** Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- **4.6.** Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no objeto, fica a Contratada obrigada a efetuar as correções ou substituições necessárias, sem ônus para o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Rio Grande do Norte.
  - **4.6.1.** A troca deverá ocorrer em no máximo 10 (dez) dias úteis, a contar da data da notificação.

#### 6 - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

- **6.1.** Pela prestação dos serviços, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total fixo e irreajustável, conforme o valor empenhado em favor do fornecedor.
  - 6.1.1. O pagamento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento definitivo do material, mediante a apresentação e o ateste da Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição do produto e dos valores correspondentes ao item, devendo ser realizado exclusivamente por boleto bancário. Não serão feitos pagamentos por meio de depósito em conta ou transferência bancária, tendo em vista o risco de erros nas respectivas transações.
- **6.2.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- **6.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **6.4.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- **6.5.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- **6.6.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- **6.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- **6.8.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- **6.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- **6.9.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- **6.10.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) 
$$I = \frac{(6/100)}{365}$$
 I = 0,00016438  
TX = Percentual da taxa anual = 6%

### 7 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### **7.1.** Compete ao **CONTRATANTE**:

- **7.1.1.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos ao fornecimento do objeto, em especial quanto à execução, aplicação de sanções e alterações;
- **7.1.2.** Efetuar os pagamentos nos prazos e formas definidos.

#### **7.2.** Compete à **CONTRATADA**:

- **7.2.1.** Fornecer o(s) material(ais), que deverão ser entregues no endereço deste CRMV Rua Padre Raimundo Brasil, 1411, Nova Descoberta Natal/RN CEP: 59.075-100, no prazo definido no item 4.4;
- **7.2.2.** Suportar todos os custos para o fornecimento do(s) material(ais), sendo de sua exclusiva responsabilidade a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas (inclusive transporte e refeição), securitárias, taxas,







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

transportes e equipamentos que incidam ou venham a incidir sobre a prestação de serviços objeto desta Autorização de Compra;

- **7.2.3.** Suportar todos e quaisquer compromissos e ônus assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução, integral ou não, ou inexecução do presente fornecimento, bem como por qualquer dano causado em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- **7.2.4.** Apresentar o boleto, fatura e nota fiscal referente ao produto;
- **7.2.5.** Não transferir ou subcontratar a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto;
- **7.2.6.** Manter-se, durante o fornecimento do(s) material(ais), em situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- **7.2.7.** Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, foram vítimas seus empregados durante a execução/fornecimento do Objeto;
- **7.2.8.** Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução do Objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- **7.2.9.** Prestar garantia mínima do(s) material(ais) de mínimo o previstos na Lei 8.078/90.

#### **7.3.** É vedado à **CONTRATADA**:

Veicular publicidade acerca desta Autorização de compra, salvo se obtida expressa autorização escrita do CONTRATANTE.

#### 8 – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- **8.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666/1993, são designados como as pessoas responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da prestação do serviço, o(s) Servidor(es) Diego Paiva de Oliveira, e-mail, crmvrn@crmvrn.gov.br, telefone, (84) 3221-3290.
- **8.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **8.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**9.1.** Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Instrumento Convocatório e no Contrato e das demais cominações legais.

- **9.2.** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, **no caso de descumprimento contratual, seja por inexecução parcial ou total do objeto**, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA poderá ser apenada com as seguintes sanções:
  - **9.2.1.** Advertência, a ser feita com notificação por meio de ofício, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
  - **9.2.2.** Multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total estimado deste da contratação, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação, a ser fixado no caso concreto segundo juízo de proporcionalidade, sem prejuízo das demais penalidades;
  - **9.2.3.** Multa indenizatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado da contratação incidente no caso de inexecução total, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades;
  - **9.2.4.** As multas estabelecidas nos subitens 8.2.2 e 8.2.3 podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, após regular processo administrativo, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação pelo CONTRATANTE, sendo permitida a retenção de créditos para sua liquidação;
  - **9.2.5.** Se o valor da multa não for pago ou depositado, a importância devida será cobrada administrativa e/ou judicialmente;
  - **9.2.6.** Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
  - **9.2.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto persistirem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que tiver aplicado a penalidade.
- **9.3.** No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da respectiva intimação.
- **9.4.** A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

#### 10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes deste objeto estão previstas sob a Rubrica 6.2.2.1.1.01.02.02.006.074 (Serviços Gráficos e Editoriais – PJ).

#### 11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**11.1.** Todas as condições previstas neste Instrumento, em especial as sanções administrativas, regulam-se pela Lei nº 8.666/93, sendo parte integrante da futura Nota de Empenho, que será emitida em favor fornecedor homologado, razão pela qual o fornecedor não poderá alegar afastamento das obrigações.







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

### 12 - DO ENCAMINHAMENTO E APROVAÇÃO PELO ORDENADOR

**12.1.** Sendo assim, diante das condições aqui apresentadas no presente Termo de Referência/Projeto Básico, encaminhamos para aprovação de pedido solicitado.

Em 07 de janeiro de 2021.

Igor Medeiros Araújo Assessor Administrativo Portaria CRMV-RN n.º 002/2020

#### 13 - ANEXOS

**13.1.** São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

ANEXO I - Auto de Infração

ANEXO II – Formulário (clínica)

ANEXO III – Formulário (consultório)

ANEXO IV – Formulário (hospital)

ANEXO V – Termo de Constatação

ANEXO VI – Termo de Fiscalização

**ANEXO VII – Adesivo** 

ANEXO VII – Livro

ANEXO IX – Pasta (eventos)

**ANEXO X - Crachá** 

#### 14 – DA APROVAÇÃO

**14.1.** Na qualidade de ordenador de despesas, autorizo a presente instauração de procedimento licitatório, contratação por pregão eletrônico, além de aprovar os termos da requisição e o termo de referência, com base no § 1° do art. 80, do Decreto 200/67 e no art. 11, alíneas q e r da Resolução 591/92 – CFMV.

Méd. Vet. Raimundo Alves Barrêto Júnior Presidente CRMV/RN 0307







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO I



#### SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CRMV-RN)

|  |  | AUTO DE INFRAÇÃO Nº//  |
|--|--|--|
| Nome   Nome   Nome   Fantasia:   |  |  |
| CRMV-RN N°   CEP:  |  |  |
| Endereço Nº ,CEP: - Na cidade de:,-RN, Bairro  |  |  |
| Na cidade de:  | CNPJ/CPF:,Ins  | ição Estadual/RG:CRMV-RN №   |
| Para   CPF/RG   CPF | Endereço   | ,CEP:  |
| Que tem como sócio(a), Proprietário(a):  |  |  |
| Domiciliado(a). NºCEP: Na cidade de:   | Telefones: ()()  | Email:   |
| Na cidade de:  | Que tem como sócio(a), Proprietário(a):  | ,CPF/RG:   |
| Que tem por atividade:    Descrição dos fatos:   | Domiciliado(a),  |  |
| Fundamento legal:    Lei Federal 5.517/68:   art 5°, alinea   ;   art. 6°, alinea   ;   art. 16, alinea f;   art. 25;   art. 27;   art.     Lei Federal 6.839/80, art. 1°.   Decreto 64.704/69,   art. 9°;   art. 11;   Decreto 69.134/71, art 1°.     Lei Federal 5.550/68, art. 1°, alinea   ;   art. 2°, alinea   ; art, 3°, alinea   .     Decreto-Lei 467/69, arts. 1°, parágrafo único, 2° e 8° c/c Decreto 5.053/2004, art. 18°, § 1°, II.     Resolução CFMV n°  | Na cidade de:  | "RN, Bairro,   |
| Fundamento legal:    Lei Federal 5.517/68:   art 5°, alinea  | Que tem por atividade:   |  |
| Lei Federal 5.517/68:   art 5°, alinea   ;   art 6°, alinea   ;   art 16, alinea f;   art 25;   art 27;   art 1.2°,   art 1.2°,   art 1.2°,   art 1.2°,   art 1.3°,   art 1.2°,   art 1.2°,   art 1.3°,   art 1.2°,   art 1.2°,   art 1.3°,   art 1.2°,   art 1.3°,   art 1.2°,   art 1.3°,   art 1. | Descrição dos fatos:   |  |
| Lei Federal 5.517/68:   art 5°, alinea   ;   art. 6°, alinea   ;   art. 16, alinea f;   art. 25;   art. 27;   art. 20;   art. 20;   art. 20;   art. 11;   Decreto 69.134/71, art 1°.     Lei Federal 6.839/80, art. 1°, alinea   ;   art. 2°, alinea   ; art. 3°, alinea   .     Decreto-Lei 467/69, arts. 1°, parágrafo único, 2° e 8° c/c Decreto 5.053/2004, art. 18°, § 1°, II.     Resolução CFMV n°   / , art(s).   , §§ , inciso(s)   , alínea(s)     Resolução CFMV n°   / , art(s).   , §§ , inciso(s)   , alínea(s)     Resolução CFMV n°   / , art(s).   , §§ , inciso(s)   , alínea(s)     Resolução CRMV n°   / , art(s).   , §§ , inciso(s)   , alínea(s)     Resolução CRMV n°   / , art(s).   , §§ , inciso(s)   , alínea(s)     Doutra(s) Norma(s)  |  |  |
| Lei Federal 5.517/68:   art 5°, alinea   ;   art. 6°, alinea   ;   art. 16, alinea f;   art. 25;   art. 27;   art. 20;   art. 20;   art. 20;   art. 11;   Decreto 69.134/71, art 1°.     Lei Federal 6.839/80, art. 1°, alinea   ;   art. 2°, alinea   ; art. 3°, alinea   .     Decreto-Lei 467/69, arts. 1°, parágrafo único, 2° e 8° c/c Decreto 5.053/2004, art. 18°, § 1°, II.     Resolução CFMV n°   / , art(s).   , §§ , inciso(s)   , alínea(s)     Resolução CFMV n°   / , art(s).   , §§ , inciso(s)   , alínea(s)     Resolução CFMV n°   / , art(s).   , §§ , inciso(s)   , alínea(s)     Resolução CRMV n°   / , art(s).   , §§ , inciso(s)   , alínea(s)     Resolução CRMV n°   / , art(s).   , §§ , inciso(s)   , alínea(s)     Doutra(s) Norma(s)  |  |  |
| □ Lei Federal 6.839/80, art. 1°. □ Decreto 64.704/69, □ art. 9°; □ art. 11; □ Decreto 69.134/71, art 1°.  □ Lei Federal 5.550/68, art. 1°, alinea  | emple activision. Act alternative → Locate   |  |
| Lei Federal 5.550/68, art. 1°, alinea   ;   art. 2°, alinea   ; art. 3°, alinea   .     Decreto-Lei 467/69, arts. 1°, parágrafo único, 2° e 8° c/c Decreto 5.053/2004, art. 18°, § 1°, II.   Resolução CFMV nº   , art(s). , §§ , inciso(s) , alinea(s)     Resolução CFMV nº   , art(s). , §§ , inciso(s) , alinea(s)     Resolução CFMV nº   , art(s). , §§ , inciso(s) , alinea(s)     Resolução CRMV nº   , art(s). , §§ , inciso(s) , alinea(s)     Outra(s) Norma(s)     Intimação:   Fica o(a) Autuado(a) intimado(a) a, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar a infração acima apontada ou, querendo, apress defesa administrativa. Regularizada a infração, deve o estabelecimento, dentro do prazo acima citado, protocolar no CRMV-RN documento(s) que comprovem a regularização. Regularizada a infração ou acolhida a defesa, será este Auto de Infração considerado insubsistente e arquivado. Decorrido o prazo 30 (trinta) dias sem a regularização ou o oferecimento de defesa, será lavrado o competente Auto de Multa, procedido de cobrem observancia a Lei Federal 11.000/2004, art. 2°, e Resolução CFMV 682/2001, art.   1°;   2°,   4°,   6°,   7°,   8° Para constar, lavrei este Auto de Infração era 2 (duas) vias, ficando uma com o Autuado. O Conselho respectivo, no prazo que lhe concedido, será dispensada do recolhimento do valor da multa. (Art 3° Resolução 682/2001).    Ass: do responsavel presente no local ou do profission   Certifico e dou fé que o proprietário ou responsavel assinou o Auto de Infração e recebeu a sua via.  | □ Lei Federal 5.517/68: □ art 5°, alinea   | 1 art. 6°, alinea; □art. 16, alinea f; □ art. 25; □ art. 27; □ art. 2  |
| Resolução CFMV n°  | □ Decreto-Lei 467/69, arts. 1°, parágrafo único, 2°  | 8° c/c Decreto 5.053/2004, art. 18°, § 1°, II.   |
| Resolução CFMV n°  |  |  |
| Resolução CRMV n°  |  |  |
| Dutra(s) Norma(s)  Intimação: Fica o(a) Autuado(a) intimado(a) a, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar a infração acima apontada ou, querendo, aprese defesa administrativa. Regularizada a infração, deve o estabelecimento, dentro do prazo acima citado, protocolar no CRMV-RN documento(s) que comprovem a regularização.  Regularizada a infração ou acolhida a defesa, será este Auto de Infração considerado insubsistente e arquivado. Decorrido o prazo 30 (trinta) dias sem a regularização ou o oferecimento de defesa, será lavrado o competente Auto de Multa, procedido de cobrem observancia a Lei Federal 11.000/2004, art. 2°, e Resolução CFMV 682/2001, art, □ 1°; □ 2°, □ 4°, □ 6°, □ 7°, □ 8° Para constar, lavrei este Auto de Infração em 2 (duas) vias, ficando uma com o Autuado.  OBS: A pessoa jurídica, em situação irregular, que regularizar sua situação junto ao Conselho respectivo, no prazo que lhe concedido, será dispensada do recolhimento do valor da multa. (Art 3° Resolução 682/2001).  Ass: do responsavel presente no local ou do profission Nome do assinante:, Cargo: CPF/RG: Certifico e dou fé que o proprietário ou responsavel assinou o Auto de Infração e recebeu a sua via Certifico e dou fé que o Autuado se negou a assinar o Auto de Infração e/ou a receber a sua via.   |  |  |
| Intimação: Fica o(a) Autuado(a) intimado(a) a, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar a infração acima apontada ou, querendo, aprese defesa administrativa. Regularizada a infração, deve o estabelecimento, dentro do prazo acima citado, protocolar no CRMV-RN documento(s) que comprovem a regularização. Regularizada a infração ou acolhida a defesa, será este Auto de Infração considerado insubsistente e arquivado. Decorrido o prazo 30 (trinta) dias sem a regularização ou o oferecimento de defesa, será lavrado o competente Auto de Multa, procedido de cobrem observancia a Lei Federal 11.000/2004, art. 2°, e Resolução CFMV 682/2001, art. □ 1°; □ 2°, □ 4°, □ 6°, □ 7°, □ 8° Para constar, lavrei este Auto de Infração em 2 (duas) vias, ficando uma com o Autuado.  OBS: A pessoa jurídica, em situação irregular, que regularizar sua situação junto ao Conselho respectivo, no prazo que lhe concedido, será dispensada do recolhimento do valor da multa. (Art 3° Resolução 682/2001).  Assinatura e Carimbo do Fiscal  Ass: do responsavel presente no local ou do profission (Certifico e dou fé que o proprietário ou responsavel assinou o Auto de Infração e recebeu a sua via.  Certifico e dou fé que o Autuado se negou a assinar o Auto de Infração e/ou a receber a sua via.   |  |  |
| Nome do assinante:,Cargo:CPF/RG:  □ Certifico e dou fé que o proprietário ou responsavel assinou o Auto de Infração e recebeu a sua via. □ Certifico e dou fé que o Autuado se negou a assinar o Auto de Infração e/ou a receber a sua via.  | Fica o(a) Autuado(a) intimado(a) a, no prazo de 3 defesa administrativa. Regularizada a infração, deve documento(s) que comprovem a regularização. Regularizada a infração ou acolhida a defesa, será es 30 (trinta) dias sem a regularização ou o oferecimen em observancia a Lei Federal 11.000/2004, art. 2°, Para constar, lavrei este Auto de Infração em 2 (dua: OBS: A pessoa jurídica, em situação irregular, qu | estabelecimento, dentro do prazo acima citado, protocolar no CRMV-RN o Auto de Infração considerado insubsistente e arquivado. Decorrido o prazo de defesa, será lavrado o competente Auto de Multa, procedido de cobra Resolução CFMV 682/2001, art, □ 1°; □ 2°, □ 4°, □ 6°, □ 7°, □ 8°. vias, ficando uma com o Autuado. regularizar sua situação junto ao Conselho respectivo, no prazo que lhe |
| □ Certifico e dou fé que o proprietário ou responsavel assinou o Auto de Infração e recebeu a sua via. □ Certifico e dou fé que o Autuado se negou a assinar o Auto de Infração e/ou a receber a sua via.  | Assinatura e Carimbo do Fiscal   | Ass: do responsavel presente no local ou do profission   |
| □ Certifico e dou fé que o Autuado se negou a assinar o Auto de Infração e/ou a receber a sua via.   | Nome do assinante:   | ,Cargo:  |
| Testemunha: Ass: CPF/RG:   |  |  |
|  | Testemunha:  | Ass:CPF/RG:  |



Rua Padre Raimundo Brasil, 1411 – Nova Descoberta – Natal/RN. CEP: 59.075-100 E-mail: fiscalizacao@crmvrn.gov.br – Site: www.crmvrn.gov.br Tel: (84) 3221-3290









## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO II

| Lista de Verificação de est<br>me/Razão Social:   |  |  | MV-RN:/   |
|---|--|--|---|
| me Fantasia:  |  | CNPJ:  |   |
| 1. IDENTIFICAÇÃO VISUAL (Placa Ind  | icativa / Publicidade)   | Continuação Sala de Ciru   | rgia  |
| 1. Dizeres de Clínica Veterinária (Externo)   | Ausente ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )                   | 4.5.8. Provisão de oxigênio  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                   |
| .2. Nome RT e CRMV: Não ( ) Ext.( ) Int.( )<br>.3. Serviços oferecidos: Não ( ) Ext.( ) Int.( ) | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 4.5.9. Sistema de aquecimento  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                   |
| 4. Certificado de regularidade exposto  | Ausente ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )                   | 4.5.10. Intubação endotraqueal: Não ( ) Sim ( )<br>4.5.11. Suporte ventilatório: Não ( ) Sim ( )   | Conforme() Não Conforme()<br>Conforme() Não Conforme()      |
| 5. Funcionamento  | ( ) Diurno ( ) 24 horas  | 4.5.12. Equipamento de monitoração anestésica (Temperatura, Saturação O2, P.A., F.C.)  | Ausente ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )                |
| 2. SETOR DE ATENDIN   | IENTO  | 5. SETOR DE INTERNAÇÃO - POSSUI:   | SIM ( ) NÃO ( )   |
| .1. Ambiente de recepção: Não ( ) Sim ( )<br>.2. Ambiente de espera: Não ( ) Sim ( )            | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 5.1. Mesa impermeável  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                   |
| 3. Sanitário de uso público: Não ( ) Sim ( )<br>4. Balança: Não ( ) Sim ( )                     | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 5.2. Pia de higienização   | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                   |
| 3. SALA DE ATENDIMENTO (Consultório   | QUANTIDADE:  | 5.3. Baias, boxes ou outras acomodações individuais (Normas sanitárias)  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                   |
| .1. Mesa impermeável: Não ( ) Sim ( )<br>.2. Pia de higienização: Não ( ) Sim ( )               | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 5.4. Armário medicam.e descartáv: Não ( ) Sim ( )<br>5.5. Sistema de aquecimento: Não ( ) Sim ( )  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                   |
| .3. Arquivo médico<br>Computador ( ) Físico ( )   | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                      | 5.6. Ambiente para higienização do paciente com água corrente  | Conforme() Não Conforme() Conforme() Não Conforme()         |
| .4. Armário para equipamentos e   | Ausente ( )  | 5.7. Sala de Isolamento para Infectocontagiosa   | POSSUI: ( ) SIM ( ) NÃO                                     |
| nedicamentos  4. SETOR CIRÚRGICO - POSSUI:  | Conforme ( ) Não Conforme ( ) SIM ( ) NÃO ( )                  | 5.7.1. Mesa impermeável: Não ( ) Sim ( )   | Conforme ( ) Não Conforme ( )                               |
| .1. Ambiente de Preparo do Paciente   | Ausente ( )  | 5.7.2. Pia de higienização: Não ( ) Sim ( ) 5.7.3. Baias, boxes ou outras acomodações  | Conforme() Não Conforme() Ausente()                         |
| ·   | Conforme() Não Conforme() Ausente()                            | individuais (Normas sanitárias)  5.7.4. Armário medicam.e descartáv: Não ( ) Sim ( )   | Conforme() Não Conforme() Conforme() Não Conforme()         |
| 1.1. Mesa impermeável   | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  | 5.7.5. Sistema de aquecimento: Não ( ) Sim ( )   | Conforme() Não Conforme()                                   |
| Ambiente de Recuperação do Paciente     LOCAL: Preparo ( ) Recuperação ( )                      | POSSUI: SIM ( ) NÃO ( )  | 6. SETOR DE SUSTENTAÇ  | Ausente ( )   |
| ala Cirúrgica ( ) Sala de Internação ( )  2.2. Provisão de oxigênio: Não ( ) Sim ( )            | Conforme ( ) Não Conforme ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )    | 6.1. Lavanderia ou Contrato/Convênio   | Conforme() Não Conforme() Ausente()                         |
| .2.3. Sistema de aquecimento: Não ( ) Sim ( )   | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  | 6.2. Depósito (DML) / Almoxarifado   | Conforme() Não Conforme()                                   |
| <ul> <li>.3. Ambiente de Antissepsia e Paramentação</li> <li>Adjacente)</li> </ul>              | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                      | 6.3. Estoque med/mat. consumo: Não ( ) Sim ( )<br>6.4. Arm. chave med. controlado: Não ( ) Sim ( )   | Conforme() Não Conforme()<br>Conforme() Não Conforme()      |
| .3.1. Dispositivo detergente: Não ( ) Sim ( )<br>.3.2. Tomeira s/acion. manual: Não ( ) Sim ( ) | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 6.5. Ambiente para descanso e alimentação, quando 24 hs  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                   |
| .4. Sala de Lavagem e Esteriliz. ou Convênio 🛚  | POSSUI: SIM ( ) NÃO ( )  | 6.6. Sanitários / vestiários compatíveis nº usuários   | Ausente ( )   |
| .4.1. Pia de lavagem: Não ( ) Sim ( )<br>.4.2. Autoclave: Não ( ) Sim ( )                       | Conforme ( ) Não Conforme ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )    | 6.7. Unidade de conservação de animais mortos e de   | Conforme() Não Conforme() Ausente()                         |
| .4.3. Barreira física: Não ( ) Sim ( )  | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  | resíduos biológicos, quando 24 hs ou Internação  | Conforme ( ) Não Conforme ( )                               |
| 4.5. Sala de Cirurg   | Ausente ( )  | 7. OUTROS 7.1. Unidade de refrigeração p. armazenamento  | Ausente ( )   |
| .5.1. Mesa cirúrgica impermeável (aço inox)   | Conforme ( ) Não Conforme ( ) Ausente ( )                      | biológico exclusiva (vacinas, medicam, biológicos) 7.1.1. Termômetro mín / máx: Não ( ) Sim ( )  | Conforme ( ) Não Conforme ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) |
| .5.2. Mesa Auxiliar (aço inox)  | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  | 7.1.2. Registro diário: Não ( ) Sim ( )  | Conforme() Não Conforme()                                   |
| .5.3. Equipamentos para anestesia<br>Injetável ( ) Inalatória ( )                               | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                      | 7.2. Geladeiras Alimentos Humanos: Não ( ) Sim ( )<br>7.3. Geladeira Alim. p/Animal (Caso Int.): Não ( ) Sim ( )   | Conforme() Não Conforme()<br>Conforme() Não Conforme()      |
| .5.4. Sistema de iluminação emergencial   | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                      | 8. PGRSS   |   |
| .5.5. Foco cirúrgico: Não ( ) Sim ( )<br>.5.6. Instrumental: Não ( ) Sim ( )                    | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 8.1. PGRSS. (RDC: 222/2018 - Anvisa)   | Apresentou: ( )Sim ( )Não                                   |
| .5.7. Paredes e pisos de fácil higienização   | Ausente ( )  | 8.2. Contrato p/ recolhimento de resíduos hospitalares   | Ausente ( )   |
| Legislação sanitária)   | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  | ozi condito pi reministro de resulto nospitalire.  | Conforme() Não Conforme()                                   |
| bservações:   |  |  |   |
|   |  |  |   |
|   |  |  |   |
|   |  |  |   |
|   |  | A COMPANY OF THE PROPERTY OF T |   |
| Declaro ainda que todos os Equipamentos   | estao em bom estado de funci                                   | ionamento e com as manutenções em dia.   | <b>∢</b> Visto  |
|   | dode   | <u> </u>   |   |
| Assinatura e carimbo do assist  | ente fiscal  | Ass: do proprietário ou responsavel pre  | esente no local   |
|   |  | Referências CFMV: Reso. 1275/2019; R   | eso, 780/2004; Reso. 1138/2016                              |
|   |  | 1016 CIONAS CI 1914 . 11650 . 121 3/ 2013, 10  |   |
|   |  |  |   |







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO III

| ie/Razão Social:                                    | ao de estabelecimentos medico-vete        | erinários (CONSULTÓRIO), anexa ao № _   | CRMV-RN: /  |
|---|---|---|---|
| e Fantasia:   |   | CNPJ:   |   |
| 1. IDENTIFICAÇÃO VISUA                              | L (Placa Indicativa / Publicidade)        | 3. SALA DE ATENDIMENTO (C   | onsultório)   |
| Dizeres de <b>Consultório</b><br>erinário (Externo) | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 3.1. Mesa impermeável ou com impermeabilização  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )   |
| Nome RT e CRMV                                      | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 3.2. Pia de higienização  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )   |
| Serviços oferecidos                                 | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 3.3. Arquivo médico  Computador ( ) Físico ( )  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )   |
| Certificado de regularidade<br>osto                 | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 3.4. Armário para equipamentos e medicamentos 3.4.1.Livro para controle de entrada e saída ( medicamentos de controle especial) | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) |
| 2. SETOR E  | DE ATENDIMENTO                            | 3.5. Unidade de refrigeração p. armazenamento biológico exclusiva (vacinas, medicam, biológicos)                                | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )   |
| Ambiente de recepção                                | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 3.5.1.Termômetro máxima / mínima: Não ( ) Sim ( ) 3.5.2. Registro diário: Não ( ) Sim ( )                                       | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )                      |
| Ambiente de espera                                  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 4. PGRSS  |   |
| Sanitário de uso público                            | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 4.1. PGRSS. (RDC: 222/2018 - Anvisa)  | Apresentou: ( ) Sim ( ) Não   |
| Balança   | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( ) | 4.2. Contrato para recolhimento de resíduos hospitalares  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )   |
|   |   |   |   |
| eclaro ainda que todos os Ed                        |   | e funcionamento e com as manutenções em dia.  | <b>∢</b> Visto  |
|   |   |   | onsavel presente no local   |
| Assinatura e carimbo d                              | 1   |   |   |







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO IV

| Lista de Verificação de estabele   | cimentos médico-veterinários   | (HOSPITAL), anexa ao №   |  |
|--|--|--|--|
| ome/Razão Social:  |  |  | MV-RN:/  |
| ome rantasia:  |  | CIVE):   |  |
| 1. IDENTIFICAÇÃO VISUAL (Placa Indi  |  | Continuação Sala de Ciru   | -  |
| I.1. Dizeres de <b>Hospital</b> Veterinário (Externo)  | Ausente ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )   | 4.5.8. Provisão de oxigênio  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                      |
| L.2. Nome RT e CRMV: Não ( ) Ext.( ) Int.( ) L.3. Serviços oferecidos: Não ( ) Ext.( ) Int.( )   | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )   | 4.5.9. Sistema de aquecimento  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                      |
| L.4. Certificado de regularidade exposto   | Ausente ( )  | 4.5.10. Intubação endotraqueal: Não ( ) Sim ( )  | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  |
| L.5. Funcionamento   | Conforme ( ) Não Conforme ( ) ( ) 24 horas   | 4.5.11. Suporte ventilatório: Não ( ) Sim ( ) 4.5.12. Equipamento de monitoração anestésica                      | Conforme ( ) Não Conforme ( ) Ausente ( )                      |
| MARIE SPATESTA COM PERCADO COMO PARA TARRA   | A SECULIAR S | (Temperatura, Saturação O2, P.A., F.C.)  | Conforme() Não Conforme()                                      |
| 2. SETOR DE ATENDIMI<br>2.1. Ambiente de recepção: Não ( ) Sim ( )                               | Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 5. SETOR DE INTERNAÇÃO - POSSUI:   | SIM ( ) NÃO ( ) Ausente ( )                                    |
| 2.2. Ambiente de espera: Não ( ) Sim ( )   | Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 5.1. Mesa impermeável  | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  |
| 2.3. Sanitário de uso público: Não ( ) Sim ( )<br>2.4. Balança: Não ( ) Sim ( )                  | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )   | 5.2. Pia de higienização   | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                      |
| 3. SALA DE ATENDIMENTO (Consultórios   | QUANTIDADE:  | 5.3. Baias, boxes ou outras acomodações individuais (Normas sanitárias)  | Ausente ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )                   |
| 3.1. Mesa impermeável: Não ( ) Sim ( )<br>3.2. Pias de higienização: Não ( ) Sim ( )             | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )   | 5.4. Armário medicam.e descartáv: Não ( ) Sim ( )<br>5.5. Sistema de aquecimento: Não ( ) Sim ( )                | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                      |
| 3.3. Arquivo médico  | Ausente ( )  | 5.6. Ambiente para higienização do paciente com  | Conforme() Não Conforme()                                      |
| Computador ( ) Físico ( )<br>3.4. Armário para equipamentos e                                    | Conforme ( ) Não Conforme ( ) Ausente ( )  | água corrente  | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  |
| nedicamentos   | Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 5.7. Sala de Isolamento para Infectocontagiosa  5.7.1. Mesa impermeável: Não ( ) Sim ( )                         | POSSUI: ( ) SIM ( ) NÃO Conforme ( ) Não Conforme (            |
| 4. SETOR CIRÚRGICO - POSSUI:   | SIM() NÃO()  | 5.7.2. Pia de higienização: Não ( ) Sim ( )  | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  |
| I.1. Ambiente de Preparo do Paciente   | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 5.7.3. Baias, boxes ou outras acomodações<br>individuais (Normas sanitárias)                                     | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                      |
| 1.1.1. Mesa impermeável  | Ausente ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )   | 5.7.4. Armário medicam.e descartáv: Não ( ) Sim ( )<br>5.7.5. Sistema de aquecimento: Não ( ) Sim ( )            | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( ) |
| 1.2. Ambiente de Recuperação do Paciente   | POSSUI: SIM ( ) NÃO ( )  | 6. SET OR DE SUSTENTAÇ   | -  |
| 1.2.1. LOCAL: Preparo ( ) Recuperação ( )  | 97.7   |  | Ausente ( )  |
| Sala Cirúrgica ( ) Sala de Internação ( )<br>1.2.2. Provisão de oxigênio: Não ( ) Sim ( )        | Conforme ( ) Não Conforme ( )  Conforme ( ) Não Conforme ( )   | 6.1. Lavanderia ou Contrato/Convênio   | Conforme() Não Conforme() Ausente()                            |
| 1.2.3. Sistema de aquecimento: Não ( ) Sim ( )   | Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 6.2. Depósito (DML) / Almoxarifado   | Conforme() Não Conforme()                                      |
| I.3. Ambiente de Antissepsia e Paramentação<br>Adjacente)  | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 6.3. Estoque med/mat. consumo: Não ( ) Sim ( )<br>6.4. Arm. chave med. controlado: Não ( ) Sim ( )               | Conforme() Não Conforme()<br>Conforme() Não Conforme()         |
| 1.3.1. Dispositivo detergente: Não ( ) Sim ( )<br>1.3.2. Tomeiras/acion. manual: Não ( ) Sim ( ) | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )   | 6.5. Ambiente para descanso e alimentação.   | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )                      |
| 3.4. Sala de Lavagem e Esteriliz. ou Convênio 🛚  | POSSUI: SIM ( ) NÃO ( )  | 6.6. Sanitários / vestiários compatíveis n° usuários   | Ausente ( )  |
| 1.4.1. Pia de lavagem: Não ( ) Sim ( )<br>1.4.2. Autoclave: Não ( ) Sim ( )                      | Conforme ( ) Não Conforme ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 6.7. Unidade de conservação de animais mortos e de   | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Ausente ( )                   |
| 1.4.3. Barreira física: Não ( ) Sim ( )  | Conforme ( ) Não Conforme ( )  | resíduos biológicos.   | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  |
| 4.5. Sala de Cirurgi   | Ausente ( )  | 7. OUTROS  7.1. Unidade de refrigeração p. armazenamento   | Ausente ( )  |
| 1.5.1. Mesa cirúrgica impermeável  | Conforme ( ) Não Conforme ( )  | biológico exclusiva (vacinas, medicam, biológicos)   | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  |
| 1.5.2. Mesa Auxiliar   | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 7.1.1. Termômetro mín / máx: Não ( ) Sim ( )<br>7.1.2. Registro diário: Não ( ) Sim ( )                          | Conforme() Não Conforme()<br>Conforme() Não Conforme()         |
| 1.5.3. Equipamentos para anestesia<br>Injetável ( ) Inalatória ( )                               | Ausente ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( )   | 7.2. Geladeiras Alimentos Humanos: Não ( ) Sim ( )<br>7.3. Geladeira Alim. p. Anim. (Caso Int.): Não ( ) Sim ( ) | Conforme ( ) Não Conforme ( )<br>Conforme ( ) Não Conforme ( ) |
| 1.5.4. Sistema de iluminação emergencial   | Ausente ( ) Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 8. PGRSS   |  |
| 1.5.5. Foco cirúrgico: Não ( ) Sim ( )   | Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 8.1. PGRSS. (RDC: 222/2018 - Anvisa)   | Apresentou: ( ) Sim ( ) Não                                    |
| 1.5.6. Instrumental: Não ( ) Sim ( )<br>1.5.7. Paredes e pisos de fácil higienização             | Conforme ( ) Não Conforme ( ) Ausente ( )  |  | Ausente ( )  |
| Legislação sanitária) 9. SETOR DE DIAGNÓSTICO  | Conforme ( ) Não Conforme ( )  | 8.2. Contrato p/ recolhimento de resíduos hospitalares   | Conforme ( ) Não Conforme ( )                                  |
|  |  |  | REALIZAÇÃO DOS EXAMES:   |
| 9.1. Equipamento e serviço de ultrassonografia<br>reterinária                                    | 9.3. Serviço de Radiologia   | 9.4. Laboratório básico ( ) Centrífuga de micro hematócrito  | ( ) Exames somente d   |
| ) Conforme ( ) Não Conforme<br>( ) Terceirizado/contrato   | veterinária (Legislação vigente)   | ( ) Refratômetro<br>( ) Glicosímetro   | unidade  |
| 0.2. Equipamento e serviço de<br>eletrocardiografia veterinária                                  | ( ) Conforme   | ( ) Lactímetro<br>( ) Microscópio  | ( ) Exames de outro<br>estabelecimentos                        |
| ) Conforme ( ) Não Conforme  | ( ) Não Conforme<br>( ) Terceirizado/contrato  | ( ) Fitas de urinálise   | profissionais  |
| ) Terceirizado/contrato  |  | L  |  |
| Observações:   |  |  |  |
|  |  |  |  |







#### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

| CONS   | SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CRMV-RN) |  |                          |  |  |  |  |
|--|--|--|--------------------------|--|--|--|--|
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
| ☐ <b>Declaro</b> ainda que todos os <b>E</b> | Equipamentos estão em bom estado de funcio   | onamento e com as manutenções em dia.  | <b>√</b> Visto           |  |  |  |  |
|  | ,dede  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
| Assinatura e carimbo                         | do assistente fiscal   | Ass: do proprietário ou responsavel p  | resente no local         |  |  |  |  |
|  |  | Referências CFMV: Reso. 1275/2019; Reso. 7   | 80/2004; Reso. 1138/2016 |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  |  |  |                          |  |  |  |  |
|  | Rua Padre Raimundo Brasil, 1411 – Nov<br>E-mail: <u>crmvrn@crmvrn.go</u><br>Tel: (84                         | ra Descoberta - CEP: 59.075-100 - Natal/RN<br><u>v.br</u> - Site: <u>www.crmvm.gov.br</u><br>) 3221-3290 |                          |  |  |  |  |







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO V



#### SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CRMV-RN)

|  | TERMO DE CONSTATAÇÃ           | ÃO Nº                                   |                     |
|--|-------------------------------|---|---------------------|
| No dia,/ às,: horas, eu,   |                               |   |                     |
| Fiscal do CRMV-RN, Mat: No , Fiscalizei a pessoa fisica                  |                               | ada.                                    | 13 11 12            |
| Nome:  | ,Nome Fantasia:               | W-10 2 11 11                            | 25 211 W            |
| CNPJ/CPF: ,Inscrição Estadual/Re   |                               | MV-RN №                                 |                     |
| Endereço   | N°_                           |   |                     |
| Na cidade de:  | , -RN, Bairro,                |   |                     |
| Telefones: ( ) Em:   | ail:                          | h 11 11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 |                     |
| Que tem como sócio(a), Proprietário(a):                                  | ,CPF                          | /RG:                                    | <i>.</i> 0−10−00−10 |
| Domiciliado(a),  | Nº                            | ,CEP:                                   |                     |
| Na cidade de:  | ,RN, Bairro,                  |   |                     |
| Que tem por atividade:   |                               |   |                     |
| Constatando o(s) seguinte(s) fato(s) elencado(s) abaixo:                 |                               |   |                     |
| □ Não é motivo de registro □ Empresa Desativada no Local                 | □ Empresa Inativa □ Nova      | empresa no lo                           | cal                 |
| □ Mudou-se □ Estabelecimento Fechado no Periodo □ Não                    | Possui Registro no cadastro d | e pessoa juridi                         | ca                  |
| □ Outros motivos:  |                               |   |                     |
| Descrição sucinta do(s) fato(s):   |                               |   |                     |
|  |                               |   |                     |
| E para constar, lavrei o presente termo.  Assinatura e carimbo do fiscal | Ass: do proprietário ou re    | esponsavel prese                        | nte no local        |
| Nome do proprietário ou responsavel:                                     | ,Cargo:                       | 7. 7.                                   |                     |
| ☐ Certifico e dou fé que o proprietário ou o responsavel se negou a ass  |                               |   | 30,00               |
| Certifico e dou fe que o proprietário ou responsavel assinou o Term      |                               |   |                     |



Avenida Rui Barbosa, 1411 – Lagoa Nova – Natal/RN. CEP: 59.056-300 E-mail: fiscalizacao@crmvrn.gov.br – Site: www.crmvrn.gov.br Tel: (84) 3221-3290









## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO VI



#### SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CRMV-RN)

|  | Т   | ERMO DE FISCALIZAC   | ÇAO Nº//                                |
|--|---|--|---|
| No dia,/   | ns,:horas, eu,  | · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·  |   |
| iscal do CRMV-RN, Mat: Nº  |   |  |   |
| Nome:  |   | ,Nome Fantasia:  | 9-31                                    |
| CNPJ/CPF:  | ,Inscrição Estadual/RG:                                   | C  | RMV-RN Nº                               |
| indereço   |   | Nº   | , CEP                                   |
| Va cidade de:  | <del>,</del>  | -RN, Bairro,   | 0 0 0 00 0 0 0 0                        |
| 'elefones: ()(   | Email:  | - <del>                                     </del>   |   |
| Que tem por atividade:   |   |  | 75 - 90 - 75 - 95 - 90 - 15 - 25 - 15   |
|  | v   |  |   |
| Com vencimento em:/  | / Homolog   | gado em:/  |   |
| Obsevações pertinentes:  |   |  |   |
| Data da última visita do Responsável T   | écnico: / /   |  |   |
|  |   |  |   |
|  |   |  | - 9 lb - 0 - 11 - 01 - 0 - 11 - 0 -     |
|  |   | 5 10 5 10 10 10 5 10   |   |
|  |   | 5 11 5 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15  |   |
|  |   |  |   |
|  |   |  |   |
|  |   |  |   |
|  |   |  |   |
| <u> </u>   | <u>2 96 65 96 97 97 97 97 97 97 97 97 97 97 97 97 97 </u> | 90 92 95 95 95 95 95 95 95   |   |
| <u> </u>   | <u> </u>  | <u> </u>   | <u> </u>                                |
|  |   |  |   |
|  |   |  |   |
|  |   |  |   |
|  |   | de el de al la di la di  |   |
|  |   |  |   |
|  |   |  |   |
|  |   |  | 10 01 40 10 10 10 10 10 11              |
|  |   |  |   |
|  |   |  |   |
|  |   |  | - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 |
|  |   | <del>2 2 2 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1</del>   | <del></del>                             |
| 3. 30 10 30 30 31 32 35 35 35  | - 32 17 19 10 10 10 11 10 10 12 12 12                     | 0.10 10 10 10 01 10 01   |   |
| o fiscalizar o estabelecimento acima   | identificado, constatei que ele está re                   | gularmente inscrito no CI  | RMV-RN, e possui Certifica              |
| e Regularidade e Anotação de Res   | posabilidade Técnica devidamente a                        | atualizados, razão pela q  | ual expede-se este Termo                |
| iscalização em 02 (duas) vias, sendo a   | 1º arquivada na pasta da empresa e a                      | 2º entregue ao preposto d  | lo estabelecimento.                     |
|  |   | • . •  |   |
|  |   |  |   |
|  |   |  |   |
| Assinatura e carimbo do Fiscal   |   | Ass: do proprietário ou i  | responsavel presente no local           |
| Total discountry and the second secon |   | Company of the Compan | ODE A C                                 |
| Nome do proprietário ou responsavel:_  |   |  | CPF/RG:                                 |
| Certifico e dou fé que o proprietário  | ou o responsavel se negou a assinar o                     | Termo de Fiscalização e/   | ou a receber a sua via.                 |
| Certifico e dou fé que o proprietário  | ou reconcevel accinou o Tarmo do (                        | Constatação e recebem o co   | ia via                                  |
| cerarico e dod le que o proprietario   | ou responsaver assinou o remio de C                       | constatação e recebeti à Si  | ka v Id.                                |
|  |   |  |   |



Rua Padre Raimundo Brasil, 1411 – Nova Descoberta – Natal/RN. CEP: 59.075-100 E-mail: fiscalizacao@crmvrn.gov.br – Site: www.crmvrn.gov.br Tel: (84) 3221-3290









## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO VII



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



# FISCALIZADO

Data: \_\_\_\_/\_\_\_ Ass. Fiscal \_\_\_\_\_



Aproxime sua câmera, leia o código, e fale com o Conselho! CONTATO Tel.: 84 3221-3290 Email: crmvrn@crmvrn.gov.br







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO VIII









#### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



### Serviço Público Federal

#### **CRMV-RN**



Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte



Av. Rui Barbosa, 1411 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP. 59.129-390 Fone: (84)3221-3290 Email: crmvrn@crmvrn.gov.br Site: www.crmvrn.gov.br



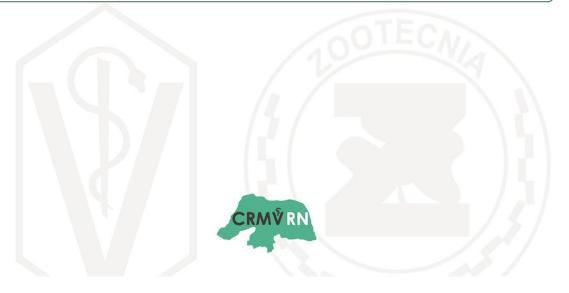




#### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

| e | rı | m | 0 | d | e | a | b | e | r | tu | r | a |
|---|----|---|---|---|---|---|---|---|---|----|---|---|
|   |    |   |   |   |   |   |   |   |   |    |   |   |

| Este livro contém 50 (cinquenta) folhas numeradas destina-se ao uso do Responsável |
|--|
| Técnico da empresa registrada  |
| no CRMV-RN sob o número e servirá para anotações das ocorrências havidas           |
| na empresa relacionadas à atividade do Responsável Técnico, bem como das           |
| recomendações do profissional.   |
| Os representantes do CRMV-RN, devidamente identificados, poderão, quando em        |
| visitas à empresa, proceder anotações e registros neste livro.                     |
|  |
|  |
|  |
| , de de  |
|  |









## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO IX





### CRMV-RN



















Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte







### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE





### Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte



Rua Padre Raimundo Brasil, 1411, Nova Descoberta - Natal/RN, 59075-100 Fone: (84)3221-3290 ou (84) 9 8177-4559 Email: crmvrn@crmvrn.gov.br Site: www.crmvrn.gov.br







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO X











### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO II

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 A CONTRATADA se obriga a prestar o serviço especializado para fornecimento de materiais gráficos para suprir as necessidades do CRMV-RN. Este objeto contratual está previsto no Termo de Referência, integram este termo de contrato, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
  - 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;





### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ XXXXXX (xxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxx (xxxxx).
- 3.2. No valor acima descrito estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, caso necessário, arcará com os custos de deslocamento e hospedagem do funcionário da CONTRATADA destacado para realizar o treinamento dos servidores da CONTRATANTE e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRMV-RN, para o exercício vigente:

  Xxxxxx (xxxx)
- 4.2. Caso seja necessário, no (s) exercício (s) seguinte (s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 10º (décimo) dia útil, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, referente ao serviço prestado do objeto desta licitação, já deduzidos os







### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

impostos, conforme seu enquadramento contábil, de acordo com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal - Tabela de Retenção dos seguintes impostos: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - CONFINS e Programa de Integração Social - PIS/PASEP, contados da apresentação da nota fiscal/fatura;

- 5.2. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura e/ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal/trabalhista não acarretando qualquer ônus para o CRMV-RN.
- 5.3. O pagamento será feito mediante depósito em conta corrente em nome da Contratada ou através de boleto;
- 5.4. Para ser efetivado o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista.
- 5.5. Constatando-se a situação de irregularidade fiscal/trabalhista da CONTRATADA, será notificado, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CRMV-RN.
- 5.6. Persistindo a irregularidade, o CRMV-RN deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 5.7. Não será efetuado nenhum pagamento à CONTRATADA a título de adiantamento.
- 5.8. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta a CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 5.9. Ao CRMV-RN fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.
- 5.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data de vencimento até a data do efetivo







### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

I = (TX/100)/365

 $EM = 1 \times N \times VP$ ,

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5.11. O CRMV-RN efetuará o (s) depósito (s) e/ou pagará os boletos somente em nome da CONTRATADA.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 6.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, especialmente, os descritos no item 3.
- 6.2. Em relação à fiscalização, o servidor que acompanhará o contrato está destacado no item 7.1, do Termo de Referência.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação do objeto deste contrato, sob pena de rescisão contratual e aplicação de outras penas aplicáveis ao caso.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 8.1. Para assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA prestará garantia contratual no valor de R\$ xxx (xxxxxx), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme § 1º do art. 56, da Lei 8.666/93.
- 8.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e







### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada.
  - 8.2.1. A garantia em seguro deverá ser efetuada em favor da Contratante;

#### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, item 6., anexo ao Processo Administrativo nº xxx/2022.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, item 8., anexo ao Processo Administrativo nº xxx/2022.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
  - 11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência; 11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
  - 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 11.4.3. Indenizações e multas.
- 11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).
- 11.6. O CONTRATANTE poderá ainda:







### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

- 11.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 11.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666/93, reter os
- eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 11.7. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018.
- 11.8. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

#### 12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. interromper à execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMO OU SUPRESÃO

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65, I, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.







### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. As partes signatárias deste Contrato elegem, de comum acordo, o foro da Justiça Federal de Natal/RN, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir questões que porventura venham a surgir durante a vigência deste instrumento, renunciando, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e contratadas as partes assinam o presente Contrato, diante das testemunhas abaixo, em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Natal/RN, xx de mês de 2022.

Conselho Regional De Medicina Veterinária Do Estado Do Rio Grande Do Norte Méd. Vet. **Raimundo Alves Barrêto Júnior** Contratante

> RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA Sr. **XXXXXXXXXXXXXXX** Contratada

| Testemunhas |
|-------------|
| 1. Nome:    |
| CPF nº:     |
| 2. Nome:    |
| CPF nº·     |







# CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ANEXO III MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| DADOS DA EMPRESA:     |                 |                  |                       |                       |
|-----------------------|-----------------|------------------|-----------------------|-----------------------|
| Razão Social:         |                 | CNPJ:            |                       |                       |
| Endereço:             |                 | Tel/Fax:         |                       |                       |
| CEP:                  | Cidade:         | L                | JF:                   |                       |
| Banco:                | Agência:        | C                | C/C:                  |                       |
| DADOS DO REPRESENTANT | E LEGAL DA EN   | MPRESA:          |                       |                       |
| Nome:                 |                 |                  |                       |                       |
| Endereço:             |                 |                  |                       |                       |
| CEP:                  | Cidade:         | L                | JF:                   |                       |
| CPF:                  |                 | Cargo/Função:    |                       |                       |
| RG:                   |                 | Órgão Expedido   | o:                    |                       |
| Naturalidade:         |                 | Nacionalidade:   |                       |                       |
| Profissão:            |                 | Estado Civil:    |                       |                       |
| Anresentamos a ni     | ronosta final c | onsubstanciada i | no MENOR PRECO GLOBAL | conforme detalhamente |

Apresentamos a proposta final, consubstanciada no **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme detalhamento dos custos abaixo.

| ITENS | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO                 | QUANT. | VL UNITÁRIO | VL. TOTAL |
|-------|---|--------|-------------|-----------|
| 1     | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | XX     |             |           |
|       | VALOR GLOBAL                            |        |             |           |

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

Validade da Proposta: validade de **60 (sessenta) dias** contados da data de abertura da sessão pública.

Local e data

Nome do Responsável



